

O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

SEJAMOS AUDACIOSOS A FOMENTAR E ORGANIZAR GRANDES LUTAS DE MASSAS

O aumento constante e brutal do custo de vida e exploração da classe operária, coloca cada vez mais na ordem do dia a necessidade de fomentar e organizar novas e mais poderosas lutas, por aumento de salários, jornas e vencimentos, contra os ritmos infernais de trabalho, contra a escassez e aumento de preços dos géneros de primeira necessidade, contra o aumento do custo de vida em geral.

Não é a primeira vez que se afirma que, depois dos anos da guerra e após guerra, jamais se havia vivido uma situação no país em que o desnível entre salários e custo de vida fosse tão grande, em que a escassez dos géneros de primeira necessidade e a especulação feita em volta deles fosse tão acentuada.

Nos anos de após guerra e nos que imediatamente se lhe seguiram travaram-se no nosso país algumas das lutas mais importantes da classe operária portuguesa. Mas estas lutas não surgiram do acaso, elas ficaram a dever-se ao aproveitamento inteligente e aturado das condições objectivas então existentes; indignação popular, resultante da subida vertiginosa do custo de vida; baixa real dos salários em consequência dessa subida; resistência do patronato a aumentar os salários e congelamento destes por parte do governo; repressão e terror desencadeados contra os trabalhadores; lutas parciais e diversas da classe operária e do povo contra este estado de coisas.

Dada uma certa semelhança entre a situação actual e aquela que existia, por exemplo, em 43, talvez não fique mal recordar algumas passagens do informe do nosso saudoso camarada Alberto ao 3.º Congresso (1.º ilegal), acerca das greves ocorridas neste ano. A abrir o 1.º capítulo deste informe diz o camarada:

«As grandes greves, marchas de fome e manifestações operárias de Julho-Agosto, não obstante algumas características que revestiram sob o ponto de vista político, especialmente depois da intervenção do governo, em que o movimento se transformou num movimento político, constituíram no seu conjunto

um movimento fundamentalmente de carácter económico, cujo objectivo era, em princípio por intermédio da greve a satisfação integral ou parcial duma série de reivindicações económicas, tais como: aumento de salários, horas extraordinárias pagas a dobrar, distribuição de géneros, justa fixação de categorias, integração de subsídio nos salários, etc.»

Noutro capítulo diz-se: *«O nosso Partido foi, depois das greves de 42, à base de comités de unidade e da experiência colhida, o organizador cuidadoso e persistente da classe operária, na sua luta diária pela conquista das suas reivindicações, na luta diária pelo desenvolvimento do espírito combativo das massas, uma das fundamentais condições que criaram o terreno para desencadear o movimento de meados de 43»* e mais adiante: *«Pela maneira como organizou e conduziu as massas trabalhadoras nas jornadas de Julho-Agosto, o nosso Partido dirigiu o maior movimento operário desde o advento do fascismo, obteve uma grande vitória política sobre o fascismo tornando-se cada vez mais aos olhos do povo português o verdadeiro dirigente das massas operárias e camponesas, tornando-se no indiscutível defensor e dirigente do povo português para a edificação dum Portugal livre e feliz.»*

A semelhança relativa entre a situação existente em 43 e a actual, ainda que entre elas haja mais de 20 anos, pode encontrar-se na medida em que: como então, a vida sobe na vertical e os salários não acompanham nem de longe esta subida; os trabalhadores desencadeiam as mais variadas lutas parciais a que o governo responde com a sua brutal e habitual repressão; as horas extraordinárias são a mais das vezes pagas a singelo, os subsídios e prémios são utilizados para melhor explorar os trabalhadores e os obrigar a ritmos mais elevados de trabalho; os trabalhadores são mantidos durante anos em categorias inferiores, ainda que fazendo trabalho superior a essas categorias; os géneros como o peixe, o bacalhau, a carne e outros



escasseiam e custam os olhos da cara. Também como então, cresce a indignação popular e a disposição de luta das massas trabalhadoras.

ORGANIZEMOS GRANDES LUTAS DE MASSAS

Naturalmente que para organizar e desencadear lutas de massas não basta desejá-lo. É necessário preencher uma série de condições, tomar certo número de medidas sem as quais pouco ou nada se pode fazer. Antes de mais nada é preciso estudar atentamente as condições existentes em cada sector, ou seja: é preciso conhecer em profundidade quais as principais reivindicações das massas e a sua disposição de lutar por elas. É preciso saber avaliar com objectividade as condições favoráveis e desfavoráveis que se apresentam em cada sector, empresa ou classe profissional e encontrar de acordo com elas as formas mais adequadas para organizar e mobilizar as massas para a luta. Por outro lado, nos esforços a fazer para levar a cabo esta tarefa, deve aparecer com toda a nitidez a importância das lutas económicas como factor imprescindível para fazer evoluir a luta política até ao derrubamento do fascismo.

A possibilidade de desencadear importantes acções de massas está bem patente nas lutas travadas em algumas grandes empresas e classes profissionais. Sem recuar muito no tempo podemos citar: A luta dos pescadores do Algarve que, começando apenas num porto que nem sequer é dos mais importantes da Província, rapidamente ganhou todos os portos algarvios e teve a adesão e apoio de outros trabalhadores, como os da conserva e da população em geral incluindo o pequeno comércio. Se recuarmos um pouco mais, podemos igualmente ver como a luta dos assalariados agrícolas pelas 8 horas, se propagou rapidamente do Alentejo a outras províncias e ainda agora tem reflexos nos trabalhadores agrícolas de regiões do centro e norte do país onde as tradições de luta por um tal horário de trabalho eram praticamente inexistentes.

Entretanto, não são apenas exemplos passados ainda que recentes que interessa considerar. A luta dos trabalhadores da CUF, é também um exemplo frizante. Apesar de os milhares de operários que trabalham neste grande monopólio não estarem nem de longe entre os mais mal pagos do nosso país, eles sentem muito duramente a elevação do custo de vida e as dificuldades crescentes que ela lhes trás. Por assim ser, é que eles resolveram nos fins de 1963, apresentar aos tubarões Melos, uma exposição assinada por cerca de 5 mil trabalhadores na qual eram apresentadas três reivindicações fundamentais, a saber: aumento geral mínimo de 10 escudos diários; pagamento do sétimo dia e salário igual para trabalho igual. A recusa que o

patronato tem posto à satisfação destas reivindicações, não tem impedido que os operários da CUF continuem a luta pela sua conquista. Esta luta atingiu mesmo uma fase avançada ou seja, a redução da produção e perante a resistência patronal muitos trabalhadores têm já encarado a greve de braços caídos. Isto quer dizer, que dada a unidade e firmeza dos trabalhadores da CUF esta luta, tem condições para evoluir para formas mais avançadas e terminar vitoriosamente.

NÃO NOS DEIXEMOS ULTRAPASSAR PELAS MASSAS

Ainda que nos últimos tempos se assista ao re- vigorar da actitude do Partido no que se refere à preparação e desencadeamento de variadas e numerosas lutas de massas por objectivos económicos e contra a exploração não podemos deixar de ver com preocupação certas ideias que ainda se manifestam e são susceptíveis de nos colocar a reboque das massas. Não é muito raro encontrarem-se camaradas que têm sobre a possibilidade de desencadear lutas de carácter económico as opiniões mais derrotistas e erradas. Tentando transformar as suas ideias em ideias das massas dizem com todo o a vontade que elas não estão dispostas a entrar neste tipo de lutas, que querem coisas mais fortes, que querem é armas, etc. A existência de tais concepções tem de ter uma influência deveras negativa na preparação e desencadeamento de lutas de massas e conduziriam o Partido se fossem aceites para uma posição oportunista e de descrença nas massas e no povo.

A lentidão, quando não a ausência de medidas para aproveitar as perspectivas de desencadeamento ou alargamento de lutas que por vezes se desenham numa ou noutra empresa, classe profissional, ou região, tem contribuído igualmente para que as coisas nem sempre marchem como deviam. Foi mais ou menos por razões desta natureza que se não deu aos pescadores de Matosinhos no começo deste ano a ajuda que eles necessitavam para não serem roubados em metade da percentagem que deviam ter recebido. Em certa medida também pelas mesmas razões se não tem agitado convenientemente a aspiração dos trabalhadores de algumas profissões do Norte que justamente desejam ver os seus salários equiparados aos seus colegas do Sul. E ainda pelas mesmas razões ainda que não só por elas, tardou mais do que devia a agitação da aspiração dos trabalhadores do Baixo Ribatejo em verem os seus salários aumentados no mínimo de 10 escudos diários.

É evidente que estes exemplos servem não apenas para demonstrar que temos ainda erros e deficiências a vencer, como para desmentir aqueles que descreem da possibilidade de desencadear

grandes e mesmo pequenas lutas de massas por reivindicações económicas. Aliás só quem queira fechar os olhos à realidade pode dizer que os trabalhadores não estão dispostos a lutar pela melhoria das suas condições de vida.

As lutas já mencionadas da CUF, Pescadores, dos trabalhadores do Baixo Ribatejo, e ainda dos corticeiros, dos têxteis, dos metalúrgicos, dos estivadores e descarregadores, dos operários dos curtumes, dos tipógrafos, dos bancários, e tantos outros, são a prova de que cresce a disposição de luta da classe operária, que estas se alargam a novas empresas e classes profissionais, e que as reivindicações dos trabalhadores passam muitas vezes duma só empresa ou região a outras empresas e outras regiões, que cada luta dos trabalhadores é um incentivo à luta doutros trabalhadores. Todo este crescimento das acções de massas deve ser visto como o começo duma situação que tudo indica virá a evoluir para o desencadeamento de maiores e mais enérgicas lutas. O agravamento constante do custo de vida resultante da guerra colonial e da submissão cada vez maior de toda a economia do país aos monopólios e ao imperialismo não deixa outra alternativa à classe operária e ao povo trabalhador.

A ORGANIZAÇÃO E AS LUTAS

Apesar do muito que se tem andado nos últimos tempos para incrementar a luta dos trabalhadores, não podemos deixar de constatar que temos ainda grande atraso que evidentemente não pode ser desligado das debilidades orgânicas do Partido. É inegável que o enfraquecimento das organizações resultante da acção repressiva do inimigo tem-nos criado dificuldades muito grandes. Estas dificuldades podem e devem ser vencidas, mas para isso é necessário que em todo o Partido se tome a peito sem perda de tempo a tarefa de recrutar novos militantes; que se tomem medidas urgentes mas cuidadosas para restabelecer o contacto com as organizações desligadas e se faça um maior esforço para penetrar nas empresas, classes profissionais e zonas onde não temos organização. Mas estas tarefas que devem constituir uma preocupação para todo o Partido não podem conduzir à acção das ideias daqueles camaradas que pensam que na situação actual o aumento e fortalecimento da organização deve deixar quase tudo o mais para trás. Pretender que na actual fase de agudização da crise política do regime fascista, o Partido se dedique quase exclusivamente aos problemas da organização, é ao fim e ao cabo, virar as costas às realidades, é marchar a rebuque dos acontecimentos. Está fora de dúvida que se tivéssemos

uma organização, pelo menos 3 ou 4 vezes mais forte as possibilidades de desencadear grandes lutas eram incomparavelmente maiores, mas esta realidade não pode conduzir-nos à passividade, ficando à espera de ter uma grande organização para depois nos lançarmos na preparação de grandes lutas. É necessário encarar o problema de vários ângulos. No caso concreto, devemos ver as coisas, não apenas partindo da ideia, de que só com uma forte organização se pode pensar em grandes lutas, mas também que, de grandes e pequenas lutas, podemos e devemos partir para aumentar substancialmente a organização. Tenhamos presente o exemplo duma importante e recente luta que envolveu milhares de trabalhadores. Quando ela começou a organização era quase inexistente, pouco depois dela terminar, havia já dezenas de novos militantes recrutados para o Partido. Isto quer dizer, que alguns dias de luta fizeram mais para aumentar a organização do Partido que muitos meses ou anos de esforços dentro de métodos rotineiros de recrutamento. Esta é aliás, a forma mais correcta e justa de recrutar para o Partido. É no fogo vivo da luta que se revelam os homens e as mulheres mais combativos e prestigiados, aqueles que devem na realidade estar nas fileiras do Partido.

O LEVANTAMENTO NACIONAL PASSA PELAS LUTAS POPULARES DE MASSAS

Referindo-se ao caminho que é necessário percorrer para chegar ao levantamento nacional, o camarada Cunhal, no seu relatório à reunião do Comité Central de Abril último dizia: «Não é de esperar, nem de exigir, que depois das manifestações como as de 1 e 8 de Maio de 1962, se sucedam outras lutas políticas num grau ainda superior à escala local. Mas é necessário trabalhar para multiplicar e generalizar a novos sectores as acções de massas, para lhes dar mais continuidade, para criar organizações capazes, não só de desencadear acções de massas numa escala local, como de acompanhar e dirigir o seu desenvolvimento numa escala mais ampla. Pode por isso dizer-se: Antes do levantamento nacional não é obrigatório que haja muitas manifestações como as do 1 e 8 de Maio de 1962. Mas haverá certamente, terá de haver, uma vaga de lutas mais geral, mais variada, mais insistente, mais coordenada, mais dirigida. Haverá, terá de haver, lutas populares de camadas diversas da população (de operários, de camponeses, de



soldados, de estudantes, de intelectuais), lutas conduzidas eventualmente em níveis diferentes, por formas diferentes e com objectivos imediatos e diferentes, mas fundido, numa única torrente revolucionária contra a ditadura fascista, o descontentamento, indignação e a vontade de luta das amplas massas populares.»

Como se pode ver nesta passagem do relatório do C. C. as lutas populares de massas têm de estar no centro de toda a actividade das forças democráticas para se chegar ao levantamento nacional. Mas se ao Partido tem de merecer toda a atenção as lutas de massas em geral, as lutas por reivindicações económicas, por serem aquelas que

mais largas camadas da classe operária e das massas trabalhadoras podem mobilizar, devem merecer uma atenção especial. Além disso é preciso não esquecer que as lutas políticas da classe operária passam demaneira geral pelas lutas económicas, portanto, há que dar a estas uma perspectiva revolucionária.

As lutas travadas na jornada do 1.º de Maio deste ano assim como outras lutas reivindicativas que tiveram lugar posteriormente tiveram já esta perspectiva. Inspirados nesta experiência trabalhe-mos para intensificar as lutas da classe operária enquadrando-as na perspectiva revolucionária que vivemos actualmente.

REFORCEMOS A ORGANIZAÇÃO E O TRABALHO DO PARTIDO NAS EMPRESAS

O Partido Comunista distingue-se de todos os outros partidos políticos como organização de vanguarda porque é o Partido do proletariado, a classe revolucionária de vanguarda destinada a destruir a velha ordem social e a construir o comunismo e porque baseia a sua actividade numa doutrina de vanguarda, o marxismo-leninismo. Distingue-se ainda, pela sua elevada estrutura orgânica assente nos princípios do centralismo democrático.

Como se diz no Projecto de Estatutos do Partido, «a célula é a organização de base do Partido, é o seu alicerce e o elo fundamental da ligação do Partido com a classe operária e as massas populares».

É a organização das células de empresa que o Partido deve dedicar o melhor da sua atenção. Embora ao Partido venham os elementos mais conscientes de todas as camadas sociais, é a classe operária que deve ser a força determinante na composição do Partido. É nas empresas que estão concentradas as grandes massas operárias. Como nos ensinou Lênine, devemos fazer de cada empresa uma fortaleza do Partido. A presença do Partido no maior número de empresas possível é uma necessidade imperiosa. O Partido não pode desempenhar o seu papel de vanguarda se não cria laços profundos com a classe operária, e a melhor maneira de o conseguir é estar presente nos locais de trabalho, lá onde hora a hora, dia a dia, se chocam os interesses do trabalho e do capital.

O panorama deste importante aspecto do trabalho partidário apresenta sérias lacunas que urge eliminar. Existem muitas empresas com centenas e até milhares de operários, onde não se faz sentir a influência directa do Partido. Em muitas outras, a influência exercida pelo Partido é muito pequena. E mesmo naquelas onde o Partido penetrou há muito, nem tudo vai bem. Esta situação não

corresponde nem às possibilidades do Partido nem às exigências das tarefas políticas que se nos colocam.

O nosso Partido possui uma linha política justa, o caminho para o derrubamento do fascismo está traçado. Porém, por mais justa que seja a linha política do Partido e por muito que se diga que à classe operária e ao Partido cabem um papel determinante na revolução, nós não passaremos do terreno das enunciações se não possuímos uma forte organização. A unidade da classe operária e a sua capacidade para unir à sua volta as diferentes forças anti-fascistas, será prejudicada, se o Partido não possuir uma forte organização nos centros operários fundamentais, exercendo a sua influência política e ideológica.

«O proletariado — dizia Lênine — não dispõe outra arma na sua luta pelo poder senão da organização. Dividido pela concorrência anárquica que reina no mundo burguês, esmagado pelo capital sob o peso dum trabalho servil, lançado constantemente para o abismo da negra miséria, dum selvagem incultura e da degenerescência, o proletariado pode tornar-se — e tornar-se-á inevitavelmente — uma força invencível porque a sua união ideológica baseada nos princípios do marxismo é cimentada pela unidade material da organização que agrupa os milhões de trabalhadores num exército da classe operária.» (Ob. esc. pg. 520-21 Ed. Fr.)

Muitas das nossas dificuldades filiam-se na intensa repressão a que está sujeito o nosso Partido, mas não é só isso, uma certa substimação deste importante aspecto do nosso trabalho partidário contribui para o atraso em que estamos no desenvolvimento orgânico em muitas empresas. Algumas ligações, por vezes de importantes empresas, arrastam-se durante meses e até anos sem que passem

de simples ligações. Outras vezes temos pontas (simples simpatizantes) para empresas que não valorizamos suficientemente, de que não procuramos tirar todo o rendimento possível à espera que de algum lado «caia coisa melhor.» E não menos frequente é nem sequer sabermos até onde vão todas as nossas possibilidades de se obter ligações para empresas.

Este panorama pode e deve ser modificado num curto espaço de tempo.

Nas empresas onde existe organização partidária, a nossa preocupação constante deve ser integrar os militantes numa actividade viva de célula, discutindo regularmente as tarefas do Partido e distribuindo normalmente tarefas por todos os camaradas. Os controladores das células, as organizações responsáveis pelos sectores, devem ajudar os camaradas a fortalecerem as organizações das empresas, frisando sempre a necessidade de recrutar novos membros para o Partido entre os trabalhadores mais combativos e prestigiados.

A orientação do nosso trabalho deve ser sempre orientado no sentido daquilo que é fundamental.

Devemos colocar a todos os militantes dos sectores operários, como tarefa a necessidade de se obterem ligações para as empresas onde o Partido não penetrou, mas, em primeiro lugar há que consolidar o que temos, torná-las mais fortes e utilizá-las como trampolim para novas empresas.

A estruturação orgânica da célula de empresa com o seu secretariado e respectivos núcleos é fundamental para se progredir, para que os quadros se desenvolvam e se eleve o nível do nosso trabalho político nas empresas.

Ainda que a direcção do nosso trabalho seja o das empresas em geral, há no entanto uma direcção principal — as grandes empresas — que deve estar no centro das nossas preocupações.

O PAPEL DAS GRANDES EMPRESAS

Sobem já a cerca de um milhão os efectivos do proletariado industrial, agrupados em alguns milhares de empresas. Embora muitas sejam pequenas empresas, contam-se, por algumas centenas as grandes empresas englobando a maioria da classe operária. Embora hajam excepções, dum modo geral os principais ramos industriais encontram-se concentrados em determinadas regiões. A indústria metalúrgica, nos distritos de Setúbal, Porto e Lisboa; a indústria têxtil, nos distritos do Porto, Braga e Guarda; a indústria corticeira, nos distritos de Setúbal, Faro e Aveiro; etc.

As grandes empresas têm muita importância porque nelas estão concentradas grandes massas operárias, porque exercem grande influência nas populações locais, quando mobilizadas para a luta, porque a mentalidade dos operários destas empresas é mais permeável às ideias de organização e unidade.

As grandes empresas, as chamadas «empresas chave» devem ser vistas ainda tendo em conta o papel que desempenham na mobilização dos trabalhadores de outras empresas menos importantes, quando há lutas à escala local ou regional.

São numerosos os casos de empresas, em épocas diversas onde embora os trabalhadores estivessem dispostos à luta, tenham ficado inactivas, por estarem à espera que a luta começasse em grandes empresas dos sectores, como seja o caso da Cuf, no Barreiro; da Carris em Lisboa; da Sorefame, na Amadora; da Cimento Tejo, no Baixo Ribatejo; etc.

A VIDA DA CÉLULA DE EMPRESA

É através da célula de empresa que o Partido se liga à classe operária, é através da célula da empresa que o Partido une, organiza e mobiliza a classe operária para o combate.

Mas, para que consigamos a realização dos nossos objectivos é preciso alguma coisa mais do que a presença do Partido nas empresas. É preciso que a célula realize um intenso trabalho político e de organização no seio dos trabalhadores da empresa, que ausculte as aspirações dos trabalhadores, que organize a resposta a todas as arbitrariedades patronais, que popularize as palavras de ordem do Partido no seio das massas sem Partido e mostre aos trabalhadores que a causa da sua miséria se deve à existência do capitalismo, que o socialismo será o sistema em que não haverá lugar para a exploração do homem pelo homem.

Para que desempenhe o papel de vanguarda, é necessário que o Partido tenha ganho a confiança dos trabalhadores, é necessário que os comunistas sejam os mais abnegados defensores dos interesses da classe operária, sempre dispostos a esclarecer e a encabeçar a sua luta.

A célula nunca poderá realizar um intenso trabalho político e ideológico se não reúne regularmente. Se não discute a aplicação das decisões do Partido, será tudo menos um centro vivo donde irradie orientação para todos os trabalhadores da empresa.

A célula deve ter o seu secretariado. A existência dum organismo que centralize as tarefas da célula, que distribua as tarefas, que dirija os núcleos, que ajude à formação dos quadros, que realize o controle de execução das tarefas da célula no dia a dia, é condição imprescindível à vida regular da célula.

Nem sempre compreendemos a importância deste problema. Em empresas onde existem vários camaradas, por vezes mantêm-se vários contactos sem que se dêm passos no sentido de se criar um organismo colectivo.

A experiência diz-nos que os resultados que normalmente se obtêm com organismos colectivos nas empresas, mesmo que seja um pequeno organismo, são imensamente maiores que as ligações



individuais.

As tarefas que temos pela frente na luta contra a exploração capitalista e pelo derrubamento do fascismo salazarista são muitas e difíceis. Para as realizarmos com êxito impõe-se que construamos um grande Partido de massas fortemente enraizado nas empresas fundamentais. Se encararmos com sentido de responsabilidade esta tarefa, se fizermos um eficiente trabalho de controle, se soubermos valorizar tudo o que temos, poderemos num espaço de tempo relativamente curto, superar muitas deficiências, neste importante sector da actividade partidária.

Consolidar as células existentes alargando-as e

tornando-as centros políticos vivos, integrando de facto os militantes na actividade diária da célula da empresa. Melhorar a ajuda a todas as pontas que temos, fazer um balanço junto das organizações das possibilidades de se chegar a novas empresas, nem que seja, nesta fase, mandar para lá apenas a imprensa do Partido, eis algumas das tarefas imediatas que se nos coloca para melhorarmos o trabalho partidário nas empresas.

Trabalhemos com ardor, com audácia e iniciativa. Tenhamos sempre presentes as palavras de Lênine: «É preciso que que cada empresa seja a nossa cidadela».

A DEFESA ACUSA

A Revista «Problemas da Paz e do Socialismo» de Novembro de 1962, publicou um artigo de Álvaro Cunhal sobre o comportamento dos comunistas nos tribunais fascistas no qual se diz: «Não é aos juizes que se dirigem os comunistas portugueses quando tomam a palavra, é ao Partido, ao povo. Os fascistas podem encher as salas com os seus homens, podem isolar os acusados, podem impedi-los de ter relações com o mundo exterior. Mas os comunistas por seu lado pensam com razão que as suas vozes se farão ouvir por cima desses obstáculos, e que elas serão escutadas.»

Álvaro Cunhal tem razão. Ainda nestes últimos tempos algumas dessas vozes se elevaram no Plenário de Lisboa para serem imediatamente sufocadas pelos carrascos pides na presença das suas próprias famílias e amigos.

Pires Jorge, Octávio Peto, Júlio Martins, João Honrado, Augusto Lindolfo, Albino Fernandes, Natália David e muitos outros cumpriram o seu dever de comunistas, mas logo às primeiras acusações foram agredidos e expulsos da sala. Mas nem assim a sua voz deixou de ser ouvida. Com efeito todos eles apresentaram a devido tempo uma «contestação» às acusações que a PIDE lhes fizera e pelas quais iam a tribunal.

Essas contestações não são a defesa individual desses comunistas. São antes a condenação do fascismo, a acusação dos crimes e arbitrariedades do regime, a certeza da vitória do Partido e do comunismo em Portugal.

Todos aqueles camaradas tiveram um comportamento exemplar e disso têm orgulho o orgulho de continuar a merecer a confiança do Partido e do povo. E no entanto caíram sobre eles algumas das mais refinadas torturas. Sobre elas declarou o camarada Octávio Peto (Melo) na sua contestação:

«Ante a PIDE que me prendeu e me submeteu a variados tipos de tortura física e moral recusei prestar declarações ou esclarecimentos sobre a minha actividade política. Igualmente recusei assinar o único auto feito na minha presença. Esta minha atitude foi determinada pelo princípio de que a existência e actuação da PIDE são um atentado às liberdades democráticas a que todo o povo aspira; por considerar a delação e a renúncia aos ideais que se perfilha a maior das desonras; e porque fazer declarações à PIDE é colaborar com aqueles que fazem da repressão um instrumento de governação para impedir o povo de expressar o seu pensamento e vontade. E mais adiante: faço parte dos milhões de portugueses que jamais conheceram o sol da liberdade e tenho sentido na própria carne o carácter das leis e da moral do regime. Dois dos meus filhos—um com 2, outro com 6 anos—estiveram presos durante cerca de um mês e não lhes foi permitido receberem qualquer assistência dos familiares de minha mulher ou meus. Nos primeiros 4 meses da minha detenção fui submetido a uma rigorosa incomunicabilidade e a «interrogatórios» continuos. Num desses «interrogatórios» fui impedido de dormir durante 11 dias e noites. Duma outra vez essa «tortura do sono» prolongou-se durante 7 dias e noites consecutivas acompanhadas de brutais espancamentos que me deixaram o corpo com inúmeras equimoses. Até hoje, decorridos 11 meses de detenção, ainda não tive qualquer recreio ao ar livre muito embora seja este um dos direitos consignados na lei.»

A firmeza dos camaradas vem-lhes acima de tudo da sua ligação total ao Partido, da compreensão total da luta do Partido, da certeza da vitória do Partido. Para a polícia, porém essa é a acusação principal: pertencer ao Partido é um crime. O Partido é ilegal.

Todos os camaradas respondem a esta acusação, rejeitando-a e atacando os que assim o consideram. O camarada Júlio Martins, por exemplo, diz a esse respeito:

Acusam o P.C.P., de que temos a honra de ser membros, de ser uma associação secreta e ilegal. O P.C.P. é a vanguarda organizada do operariado português, a classe ascendente, a mais forte e mais revolucionária da actualidade portuguesa.

Nas condições de ditadura fascista o P.C.P. está constringido a uma rigorosa clandestinidade.

O P.C.P. aceita plenamente as suas responsabilidades históricas, o seu papel de principal força dirigente, de unidade e de organização da classe operária e de todas as forças patrióticas nacionais.

O P.C.P. não consente a sua liquidação como organização ao serviço da classe operária e do povo. É um Partido indestrutível. Não há golpes policiais que o destruam. Tem a vitalidade que lhe dá a adesão da juventude, do proletariado, da intelectualidade progressiva, a ajuda crescente do povo português. Dispõe da longa experiência e provada capacidade directiva dos seus dirigentes, que há longos anos encabeçam no interior do país as lutas do povo contra o fascismo. É o Partido das heróicas evasões colectivas e individuais de destacados comunistas presos em Peniche, em Caxias, no Aljube, nas prisões da PIDE no Porto, para retomarem a sua posição de combate à frente do povo.

O P.C.P. não é uma associação secreta. É um Partido de massas, profunda e vastamente radicado e prestigiado no povo. Compõem-no milhares de abnegados militantes de vanguarda, dos mais valerosos e esforçados filhos e filhas do nosso povo. São homens, mulheres e jovens, que dia a dia na sua vida política, profissional e familiar honram a sua qualidade de comunistas distinguindo-se pela sua devoção e combatividade, pela sua competência e qualidades de trabalho, pela sua honestidade pessoal. São operários qualificados, estudantes, médicos, engenheiros, escritores, artistas de prestígio.

O P.C.P. não é uma associação secreta. Compõem-no centenas de células e comités nas impre-

sas industriais, nas escolas, nos quartéis, e nas aldeias nos grandes centros urbanos e rurais, organismos vivos, ligados aos problemas e às lutas de massas, formados pelos elementos populares mais prestigiados, diligentes e devotados nos respectivos locais de trabalho.

O Partido Comunista Português não é uma associação secreta. É bem conhecido e justamente prestigiado no nosso país e no estrangeiro o Secretário Geral do Partido, camarada **Alvaro Cunhal**, como o são dezenas de outros dirigentes e funcionários do Partido, homens e mulheres cuja honradez e espírito de sacrifício lhes concedeu o justo renome e apreço em que são tidos.

É o Partido de Bento Gonçalves, primeiro secretário geral do Partido, caído com dezenas de outros camaradas no campo do Tarrafal.

É o Partido de **Milhões Ribeiro**, de **José Moreira** e de muitas outras generosas vidas sacrificadas aos tormentos da prisão. É o Partido de caídos sob as balas, o Partido de **Alfredo Diniz**, de **Ferreira Soares**, de **Catarina Eufémia**, de **Dias Coelho**. É o Partido que recebe e perpetua a glória dos seus mártires.

O Partido Comunista Português não é uma associação secreta. Em condições de violenta perseguição policial realiza congressos, elege os seus dirigentes, vota e publica o seu programa e os seus estatutos, mantém um órgão central regular, o «Avante!», voz da liberdade no Portugal de hoje e de há mais de 31 anos, faz circular de mão em mão, por todo o país numerosas outras publicações periódicas e avulsas.

Constringido, pela especial repressão de que é alvo por parte das forças policiais, aos rigores de uma muito prolongada clandestinidade o P. C. P. busca todas as possibilidades legais de exercer o seu papel dirigente das lutas do nosso povo, ajuda os seus militantes e organizações e as demais forças patrióticas nacionais à justa conciliação da luta legal com as formas ilegais da luta popular, indispensáveis nas condições de repressão fascista.

Não tardará que ao P. C. P. seja reconhecido, como grande Partido nacional, como Partido da classe operária portuguesa, pelo direito a uma existência e actividade legais.»

Os comunistas no tribunal não se limitam a defender o Partido-eles acusam o regime. O Partido é legal; é o governo e o regime que são ilegais. É esta a conclusão do camarada **Pires Jorge**:



«Foi por meio de uma sublevação militar que o regime actual se apoderou do poder em 1926. A esta primeira violência contra um governo democrático legalmente instituído, outras se lhe seguiram.

O Parlamento foi dissolvido e a constituição atirada para o cesto dos papeis, a existência dos Partidos políticos foi proibida e proibidos foram também o direito de reunião e de associação; a censura foi estabelecida e fechados vários jornais; encerraram-se os sindicatos operários e camponeses, as associações académicas e outras associações livres e prenderam-se os seus dirigentes. Comunistas, anarquistas, democratas de outras tendências e operários sem partido que manifestaram a sua hostilidade ao regime às suas arbitrariedades, foram presos e deportados.

Milhares e milhares de portugueses têm sido presos, torturados e condenados a pesadas penas no decorrer destes 36 anos. E não são poucos os que perderam as vidas nas cadeias e por serem atirados para climas inóspitos.

Tarrafal, com o seu cemitério onde jazem tantos patriotas dignos do nosso respeito e homenagem; fortaleza de S. João Batista, em Angra do Heroísmo, fortaleza de Peniche, Aljube de Lisboa, cadeia de Caxias e cadeia da PIDE no Porto, todas elas cadeias privativas da Pide, são todas elas testemunho da brutal repressão existente contra o povo.

Pejada de violências e arbitrariedades está a imposição ao país do corporativismo e da sua complicada rede de organismos, justamente considerados pelo povo como forma de opressão económica e política.

Impossível relatar aqui as violências, coacções e arbitrariedades contra os que, em oposição ao regime, têm no decorrer dos anos, participado nas «eleições» seja para os sindicatos nacionais e outros organismos seja para as Juntas de Freguesia, Assembleia Nacional ou Presidência da República, que dão a medida dos actos violentos e coercivos, das arbitrariedades e da repressão que o regime utiliza como forma de se manter no poder.

Em nome da civilização ocidental, do anti-comunismo e da «harmonia de classes» esbulha-se o povo dos seus direitos e da liberdade. E os que se negam a viver de joelhos e lutam pela democracia e pelas suas aspirações mais sentidas, são alvo da repressão policial. A repressão exercida contra as forças populares no 1.º de Maio em Lisboa, Porto, Aljustrel, e outros pontos do país e contra o movimento dos estudantes universitários, são exemplos bem esclarecedores do carácter do regime.

A história do regime caracteriza-se, pois, por insurreição militar contra o regime democrático, pela destruição violenta das leis e instituições de-

mocráticas, operárias e camponesas, pela repressão violenta e brutal contra os que lutam pela elevação do seu nível de vida, contra os que desejam arrancar as liberdades a que têm direito e que, com o patriotismo sinceros e dedicados, lutam por um Portugal livre, democrático e pacífico.

Entretanto, e apesar de todos estes corolários de violências e arbitrariedades, teima o governo em se apresentar como legal, acusando o Partido Comunista Português de pretender mudar as formas de governo por meios violentos.

Efectivamente, o caminho que o Partido Comunista Português preconiza é o de opôr às violências e arbitrariedades do regime do capital financeiro e da burguesia monopolista, a violência em massa da Nação.

Para que o levantamento Nacional seja uma realidade, o Partido Comunista Português chama a classe operária, os camponeses, a juventude e todo o povo a lutar e a organizar-se num poderoso e invencível movimento de Unidade e de Acção, por um Portugal livre e democrático.

Declaramos, entretanto, que se o problema político português pudesse ser resolvido por meios pacíficos, esse, por ser o menos doloroso para os portugueses e para o país, seria o caminho escolhido pelo Partido Comunista. Mas como o governo se nega a ouvir as forças democráticas e a satisfazer as aspirações políticas e económicas dos portugueses e usa a violência contra as mais pacíficas manifestações populares, a solução justa e legítima é de responder à violência com a violência. A responsabilidade deste facto cabe unicamente ao governo que fecha a porta à solução pacífica do problema político português.

E se há que julgar e condenar os partidários da violência, do que fica exposto se conclue que não deve ser o Partido Comunista nem os seus militantes a sentar-se no banco dos réus. Outros terão de ser julgados e condenados.»

São estas algumas das acusações feitas ao regime fascista e aos seus verdugos por alguns camaradas que têm «passado» pelos tribunais plenários de Lisboa.

É esta a voz dos comunistas, a voz de que Álvaro Cunhal fala assim: «É a voz daqueles a quem o inimigo manietou e procura amordaçar, a voz dos que passarão numerosos anos na cadeia e aí poderão morrer por defender os seus ideais. A voz dos comunistas, que desafia o tribunal reforça a autoridade, o prestígio e a influência do nosso Partido, ajuda à formação dos seus quadros, eleva o espírito revolucionário da classe operária e a combatividade das massas populares.»